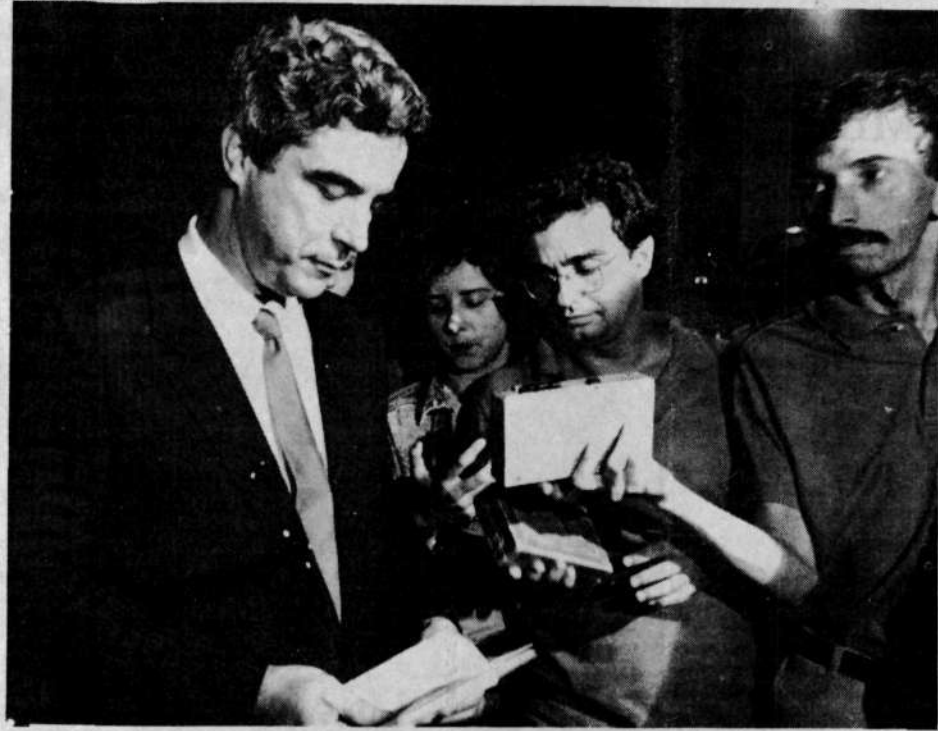


Sarney agora vai lutar no plenário

Presidente aceita eleição em 88, mas lutará pelo mandato de 5 anos

JULIO ALCANTARA



O ministro Ronaldo Costa Couto leu a nota oficial do presidente, no Alvorada

Ministério poderá mudar sem partidos

Segundo um dos ministros mais ligados ao presidente Sarney, ele aceitou a realidade da comissão de sistematização e não levantará um dedo para tentar mudar o quadro no Plenário — pelo presidencialismo e pelas eleições em 89. "Se querem eleições em 88 não quero ser o último a votar. Então vamos votar!" — desabafou Sarney.

Segundo o ministro o Presidente ficou muito surpreso com as posições assumidas pelas governadoras da Bahia e de Pernambuco, pelo senador José Richa e por alguns parlamentares de suas relações pessoais. "O Richa está riscando do mapa do Governo revelou. Sobre Francisco Dornelles, o Palácio acha que ele votou pelos quatro anos por desejar ser candidato a prefeito do Rio. "Será que terá votos na Zona Norte, na Central do Brasil?" — indagou um dos amigos do Presidente.

O presidente deverá reformular os métodos de governo e reformar o governo, para agir "acima dos partidos", considera-se desde agora, livre de compromissos partidários.

Previsões do Governo não se confirmam

Antes da votação o Planalto tinha três previsões — ganharia cinco anos por 48 votos; logo passou para 47 e em seguida, empate de 46 votos, pela esperada abstenção de Sandra Cavalcanti. A deputada do PFL do Rio dissera ao ministro Abreu Sodré que votaria pelos cinco anos. Depois, que iria abster-se. Acabou votando a favor das diretas-88.

Alguns governistas comentaram que se a votação fosse pelo painel eletrônico o resultado poderia ter sido 48 ou 47 votos pelo mandato de cinco anos. O senador Afonso Arinos iria ainda repetir a votação eletrônica, mas acabou aceitando sugestão do senador Fernando Henrique, pela votação nominal, com vaia e aplausos do plenário e das galerias. Na votação eletrônica deu empate de 31 a 31 e uma abstenção — que teria sido de Afonso Arinos, por equívoco. Na nominal, deu diretas.

Um dos votos mais trabalhados foi o do deputado Siqueira Campos (GO) líder do PDC. Um senador do PMDB contou que Siqueira Campos queria o afastamento de um alto funcionário federal em Goiás, proposta recusada pelo Planalto por ter sido indicação da bancada do PMDB no Congresso. Diante disso, o líder do PDC decidiu votar pelo mandato de quatro anos.

Planalto põe governadores em sua mira

Pelo menos dois governadores e dois senadores deverão ficar na alça de mira do Planalto: Miguel Arraes e Waldir Pires. José Richa e Fernando Henrique. O senador Mário Covas há meses já se definira pelo mandato de quatro anos. Não foi surpresa. Surpresas foram os votos de Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, do PFL. Antônio Farias, do PMDB e de Siqueira Campos, do PDC.

O presidente Sarney foi derrotado. Não foi sozinho. Também saíram perdendo os ministros Aureliano Chaves, Prisco Viana, Luiz Henrique, Antônio Carlos Magalhães e, em certa medida, até Ulysses Guimarães. O presidente do PMDB, porém, teve uma atuação pessadista: dizia aos jornalistas que defendia cinco anos e presidencialismo, mas não pediu a nenhum parlamentar para votar contra as diretas-88.

Cinco votos do PFL foram decisivos: Carlos Chiarelli, Alceni Guerra, Mendes Thame, Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti (para surpresa geral). Duas outras surpresas para o Planalto: Antônio Faria, do PMDB e, Siqueira Campos, do PDC.

No Palácio da Alvorada, ontem, os constituintes

mais criticados por ministros Guimarães, e o senador José Richa. Outros muito criticados foram Francisco Dornelles e Sandra Cavalcanti, do PFL e, Siqueira Campos, do PDC. Não foram poupados, também, os governadores Waldir Pires, da Bahia, e Miguel Arraes, de Pernambuco, que fecharam com as diretas-88.

Ulysses foi muito criticado por sua indiferença, já que não pediu a nenhum membro da Comissão de Sistematização votar a favor de eleições em 89. Ele se limitava a dizer aos jornalistas, quando perguntado, que continuava presidencialista e favorável ao mandato de cinco anos. Mas ontem já dava sinais de adaptação ao parlamentarismo. O senador Richa, segundo um ministro, "está riscando do mapa".

Se prevalecer o parlamentarismo dificilmente Richa e Ulysses seriam indicados. O Centrão já se colocou contra o presidente do PMDB e contra o ex-governador do Paraná.

Nas diretas-88, com presidencialismo, o maior beneficiário seria o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. No parlamentarismo, Carlos Sant'Anna ou Prisco Viana.

Waldir satisfeito

Salvador — Um avanço inegável. Uma vitória importante para que iniciemos uma nova experiência na vida da Nação. O parlamentarismo, afinal, é um regime muito mais próximo da realidade democrática e com mecanismos muito mais flexíveis do que o presidencialismo. Nele, quando um governo não corresponde aos anseios populares, muda-se o governo sem prejuízo das instituições democráticas.

Parlamentarista convicto, Pires ficou satisfeito com a decisão dos constituintes, mas acha que o ple-

nário da Constituinte deverá fazer uma nova apreciação com relação ao início da vigência do novo regime.

Com relação à aprovação do mandato de quatro anos para o presidente Sarney, Waldir Pires disse que não se surpreendeu com a posição dos constituintes, que segundo ele, definiram-se acertadamente.

Waldir considera que com a aprovação do parlamentarismo e com a aproximação das eleições presidenciais, "o País fica mais próximo da restauração da soberania popular".

Aluizio: foi um erro

A aprovação do mandato de 4 anos para o presidente José Sarney foi uma decisão errada da Comissão de Sistematização na opinião do ministro da Administração, Aluizio Alves, que esteve durante quase todo o dia ontem no Palácio da Alvorada. Segundo ele, o País não está em condições de realizar eleições diretas em prazo tão curto — 1988 —, pois se encontra em fase de reorganização econômica e social, e ainda precisa de toda a legislação eleitoral.

Para o ministro, a tendência da Comissão de Sis-

tematização será alterada no plenário, quando o Centrão e outras forças políticas que apóiam o Governo, votarão pelo mandato de 5 anos. Também a aprovação do parlamentarismo foi criticada pelo ministro, que atribuiu o sucesso da proposta ao trabalho de uma minoria, "que representa menos de 20% do Plenário". De acordo com Aluizio Alves, o presidente José Sarney aceitará a realização de eleições gerais em 88, caso essa seja a decisão da Assembléia Nacional Constituinte, "que foi por ele convocada".

Derrotado na Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney vai jogar todas as forças do Governo agora no Plenário da Constituinte para conseguir a aprovação do mandato de cinco anos. Ontem, depois de conversar com a maioria dos ministros e com o presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o Presidente elaborou uma nota lida pelo ministro Ronaldo Costa Couto, do gabinete civil, afirmando que aceita qualquer que seja o resultado da votação, inclusive a realização de eleições no próximo ano.

O Presidente afirma, entretanto, que confia em que cada constituinte reflita sobre seus deveres perante o País, sua tranquilidade e estabilidade política. José Sarney declarou também que não tem ambição pessoal a defender, "senão a de servir ao interesse nacional". Do mesmo modo, acrescenta, "governará acima de condicionamentos políticos e partidários".

O resultado da votação, que deu três votos de vantagens aos partidários dos 4 anos de mandato, foi recebido com tranquilidade pelo Presidente, de acordo com os diversos ministros que com ele estiveram durante todo o dia no Palácio da Alvorada. Na nota o Presidente reitera sua posição de que não negociará qualquer fórmula considerada nociva ao País e, conforme declarou o ministro

Prisco Viana, do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, o Presidente vai lutar para que seja aprovado o mandato de 5 anos no Plenário.

O estendimento de toda a cúpula do Governo é de que é no Plenário que as forças que representam a maioria vão poder se manifestar. "A Comissão de Sistematização foi montada para aprovar os 4 anos, mas é no Plenário que vão se manifestar os eleitos pelo povo", desabafou Prisco Viana, acrescentando que a derrota na Sistematização foi apenas uma etapa da luta.

Antes mesmo de terminada a votação, o Presidente, que retornou de seu sítio São José do Pericumã pela manhã, começou a receber a visita dos ministros. O primeiro a chegar foi o das Relações Exteriores, Abreu Sodré, que dava uma vantagem de 4 votos para o mandato de 5 anos, escure que, segundo ele, também partilhava o Presidente. Depois foi a vez de Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações. O terceiro a chegar foi Prisco Viana, que havia acompanhado a votação. Ao longo da tarde foram chegando os demais ministros e às 16 horas chegou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que fora convocado pelo Presidente ao Palácio da Alvorada. Logo depois foi a vez dos ministros militares chegarem.

Todos foram unânimes ao afirmar, quando saíram, que o Presidente recebia o resultado com tranquilidade e que todos discutiram a estratégia a ser adotada a partir de hoje. Em princípio, conforme Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana e Aluizio Alves, da Administração, a convicção era de que o Presidente falaria à Nação afirmando que aceitava a decisão da Comissão mas poderia convocar eleições gerais para o próximo ano. A certeza de que José Sarney se dirigiria à Nação foi reforçada com a chegada ao Palácio da equipe de gravação externa da Rádio, segundo o ministro Aluizio Alves, andava de mesa em mesa, conversando com os diversos grupos formados no salão do Alvorada. Por volta das 19 horas, começou a retirada dos ministros. Antes, porém, o deputado Ulysses Guimarães, anunciou, ao sair, que o Presidente daria uma palavra tranquilizadora.

O primeiro a garantir que não haveria o pronunciamento e que o Presidente não convocaria eleições gerais em 1988 foi o senador Edison Lobão, (PFL-MA) um dos últimos a chegar ao Alvorada. Acertou, porque minutos depois, o porta-voz demissionário, Antonio Frota Neto, mandava avisar aos repórteres que o ministro Costa Couto ia ler uma nota, dando a posição do Governo.

Presidente fica livre, diz ACM

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, classificou ontem de "decisão normal" a aprovação pela Comissão de Sistematização do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. "O Presidente não reivindicava mandatos e vai acatar o resultado da Constituinte", disse.

Se a Comissão e a Constituinte quiserem vamos fazer eleições no ano que vem, disse Magalhães, depois de se encontrar com

o Presidente no Palácio da Alvorada. Segundo ele, Sarney reagiu "absolutamente tranqüilo" à decisão da Comissão de Sistematização. O ministro afirmou que o Presidente não vai negociar votos para continuar mais tempo no Governo.

Na opinião de Antônio Carlos Magalhães, a realização de eleições presidenciais no ano que vem trará benefícios para o Presidente. Ele explicou que a medida deixará Sarney "inteli-

amente livre" para compor uma nova equipe de Governo "de acordo com os interesses do País".

Magalhães disse que "pressões de políticos de alguns partidos" (ele não os nomeou) impediram "boas reformas" para o País. Ele voltou a defender o presidencialismo como regime de governo e fechou as portas para um acordo com parlamentaristas. "Não há negociações neste sentido", afirmou o ministro.

JULIO ALCANTARA



O general Leônidas deixou à noite o Alvorada, onde estivera com outros ministros

Aureliano: Campanha traz riscos

"Foi uma decisão muito perigosa" — disse ontem o ministro Aureliano Chaves, sobre as eleições presidenciais em 88. Lembrou que haveria riscos à transição com o início da campanha eleitoral no próximo ano, em pleno processo de votação de leis complementares ao novo texto constitu-

cional e do trabalho das assembleias legislativas, da adaptação das cartas estaduais à nova Constituição.

O presidente de honra do PFL reafirmou em sua posição de presidencialista e voltou a defender mandato de cinco anos a Sarney. "Se os futuros presidentes terão cinco anos, o atual tem

o mesmo direito" — frisou. O ministro das Minas e Energia não quis falar de sua eventual candidatura a Presidente. Disse que o assunto só deverá ser examinado depois da promulgação da futura Carta, lembrando que falta ainda a palavra final do plenário da Constituinte.

Eleição em 88 para o Congresso é derrubada

Uma proposta do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), que convocaria eleições para senadores e deputados federais conjuntamente com as de Presidente da República, foi derrotada ontem na Comissão de Sistematização por 48 votos a 38, com três abstenções. Na prática, a emenda tornaria a Constituinte exclusiva, já que, em 15 de novembro do ano que vem os deputados e senadores teriam seus mandatos extintos, devendo se submeter novamente às urnas. Os que retornassem, tomariam posse com o novo Presidente.

Os governadores ficaram de fora na emenda Bocayuva Cunha, e seus mandatos não seriam modificados, indo até 1990. "As eleições gerais são de fundamental importância para a consolidação da democracia. Nós devemos ter a coragem moral de nos cassarmos a nós mesmos" — disse o autor da proposta, defendendo-a. Entre os argumentos de Cunha, foi colocada a necessidade de o Presidente eleito no ano que vem encontrar um Congresso recomposto, de acordo com a nova realidade do Brasil — que estará vivendo sob sistema parla-

mentarista.

O deputado Gerson Peres (PDS-PA), irritado com a proposta, disse que aprová-la seria "atentar contra a legitimidade do mandato parlamentar que temos hoje". Peres lembrou ainda que o mandato do presidente Sarney já havia sido encurtado, e isto bastava para que a transição se fizesse, embora ele fosse contrário também a esta proposta.

A deputada Sandra Cavalcanti, inscrita para encaminhar favoravelmente a emenda Bocayuva Cunha acabou, numa manobra que faria inveja a um político mineiro, pedindo a retirada da proposta — "é melhor buscarmos outra emenda que de fato institua eleições gerais, sem excluir nenhum dos cargos eletivos na organização dos poderes".

O deputado José Genoíno (PT-SP), depois da fala de Sandra Cavalcanti pediu à Mesa, e acabou conseguindo, nova inscrição para o encaminhamento favorável. "Temos que ser radicais na defesa da democracia. O PT não foi ao Colégio Eleitoral, não participa desta transição e portanto está à vontade para defender as eleições gerais, o

fim dos nossos mandatos. Nós temos que nos submeter novamente ao crivo popular" — argumentou.

CABRAL FAVORÁVEL

O relator Bernardo Cabral lembrou ao plenário que há exemplos de países que vivem sob regime parlamentarista e cujos presidentes têm mandatos não coincidentes com os do parlamento. "Na Itália o presidente tem seis anos de mandato e os congressistas apenas 4; em Portugal o Presidente tem cinco anos e o parlamento também tem 4 anos de mandato" — disse ele. "Eu sou, no entanto, favorável à emenda, embora a considere incompleta" — o relator preferia que fosse votada a emenda do deputado Luiz Inácio da Silva, do PT de São Paulo, que institua eleições gerais até seis meses após a promulgação da Constituição. "Sou favorável" — continuou Cabral — "porque esta é uma maneira obliqua de chegarmos à Constituinte exclusiva, tese com a qual sempre concordei". Cabral terminou sua fala com um apelo pelo voto sim dos constituintes, lembrando: "Votarei sim porque quero ficar em paz com a minha consciência".